



Pelo regresso do 'Reservado o Direito de Admissão'

BARES E DISCOTECAS Para acabar com episódios de violência, associação apela para que medida extinta no Estado Novo volte a vigorar

O presidente da Associação de Bares da Zona Histórica do Porto desdramatiza a questão dos recentes episódios de violência. "Todos os fins de semana isto acontece no país, só é pena é que desta vez a situação tenha terminado numa fatalidade", referiu ao DN António Fonseca, que defende que o Reservado o Direito de

Admissão (abolido na década de 1980) volte a entrar em vigor.

"Eu sei que é um princípio que viola o direito à igualdade, mas ao contrário dos anos 80, em que se cometiam alguns exageros, hoje a oferta de diversão noturna é muito maior. Se uma pessoa não entrar nesta casa tem lugar na porta ao lado", acrescenta o presidente da associação. António Fonseca, também empresário no ramo, sabe que "muitos clientes quando se dirigem para determinado espaço pretendem criar conflitos" e muitas vezes cabe ao empresário arranjar forma de barrar essas entradas.

Uma das modalidades mais recentes é o recurso à desculpa de a festa ser privada ou a obrigação de consumo mínimo. "A lei atual vai funcionando mas tem lacunas e os empresários recorrem a subterfúgios para se evitarem conflitos", diz António Fonseca.

"A legislação permite o direito de não deixar entrar determinada pessoa num estabelecimento quando ela apresenta sinais de embriaguez ou então anomalia psíquica. Mas é sempre difícil detetar determinados comportamentos e não podemos ter um clínico à porta para fazer essa

avaliação", salienta o responsável da associação.

O Reservado o Direito de Admissão deixou de estar em vigor no fim do Estado Novo e apesar de violar o artigo 13.º da Constituição (Princípio da Igualdade) ainda foi usado durante mais alguns anos. Agora os empresários querem-no de volta como forma de travar a entrada de pessoas que podem criar problemas. A Associação de Bares da Zona Histórica do Porto chegou a apresentar uma proposta ao ministro da Administração Interna, Rui Pereira, que entretanto saiu do cargo.